

# CORRUPÇÃO E EDUCAÇÃO

A corrupção é um mal social, incorporado culturalmente pelos cidadãos. No Brasil, ela é sistêmica, porque está enraizada na formação oligárquica do Estado patrimonialista. Seu ciclo é marcado pelo tratamento privilegiado dos investidores nas decisões que envolvem fundos e políticas públicas, pelos crescentes custos e pelo financiamento privado das campanhas eleitorais, sobretudo por poderosos grupos econômicos. Porém, para pôr fim a esse ciclo, não basta alterar o modelo de financiamento eleitoral e reprimir a corrupção. É preciso investir na educação para o exercício da cidadania. Sem cidadãos cientes do seu papel ativo na sociedade, a democracia e a política não são capazes de atender os anseios do bem comum.

O ciclo da corrupção no Brasil começa pela crescente elevação dos custos das campanhas eleitorais, passa pela necessidade de aumento de arrecadação financeira e termina com o tratamento privilegiado dado a quem investe no processo, no momento das decisões sobre fundos e políticas públicas.

Entre as eleições de 2002 e 2012, no país, houve um crescimento de 464% nos gastos com campanhas. No pleito de 2002, juntos, os candidatos gastaram cerca de R\$ 798 milhões. Em 2012, os valores ultrapassaram R\$ 4,5 bilhões, ou seja, um montante quase seis vezes maior ao de 2002.

O valor per capita investido no Brasil em campanhas eleitorais supera o de países como França, Alemanha e Reino Unido. Já na comparação com o do Produto Interno Bruto (PIB), é maior que o dos Estados Unidos.

O aumento dos custos das campanhas eleitorais resulta, pelo menos, de dois fatores. De um lado, a mudança de perfil dos partidos políticos, que

deixaram de ser partidos de massas, baseados em sólidas ideologias, e, por isso, perderam a capacidade de cativar eleitores fiéis e militantes dispostos a doar dinheiro para financiar seus projetos políticos. De outro, os custos foram incrementados devido ao aperfeiçoamento do marketing, com o desenvolvimento de sondagens de opinião pública, recursos de propaganda eleitoral e tecnologia dos meios de comunicação.

A necessidade de aumentar a arrecadação financeira para o desenvolvimento das campanhas eleitorais fez com que partidos políticos e candidatos buscassem cada vez mais recursos em setores empresariais dependentes de decisões governamentais, como bancos e construção civil.

Mais de 90% dos recursos arrecadados com doações eleitorais são provenientes de pessoas jurídicas e a maior parte deles tem origem em um grupo pequeno de empresas. Nas eleições de 2010, 1% dos doadores (191 pessoas jurídicas) representaram 61% do valor total das doações. Dados do Tribunal Superior Eleitoral apontam que a então candidata Dilma Rousseff, em 2010, obteve 97,9% das doações de pessoas jurídicas e apenas 2,1% de pessoas físicas.

A influência econômica das pessoas jurídicas abala o exercício da cidadania. A democracia está baseada na ideia de que todos os cidadãos podem influenciar, com seu voto, de modo igual, o processo de escolha política (uma pessoa, um voto), independentemente de sua condição econômica (ricos ou pobres), credo, raça ou orientação sexual.

Conferir às pessoas jurídicas, que não são titulares de direitos políticos, o poder de financiar o processo eleitoral compromete a soberania popular, pois representa a influência do poder econômico sobre a vontade do eleitor, gera desequilíbrio no processo eleitoral e quebra o princípio da igualdade jurídica.

Como no Brasil poucas empresas são as grandes financiadoras das campanhas eleitorais, os políticos acabam tendo uma relação muito próxima com elas. Isto porque os investidores não se importam se o político é honesto, bastando que defendam os seus interesses privados. Os grupos econômicos que financiam as campanhas eleitorais querem o comprometimento do eleito com a obtenção de privilégios em licitações, contratos e dinheiro público. Os políticos, que não são fiéis aos seus doadores, não recebem dinheiro na próxima eleição e acabam correndo o risco de não se reelegerem.

O modelo atual (artigos 24 e 81 da Lei 9.404/97), ao permitir o financiamento de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas e não coibir, severamente, o investimento de elevadas quantias não contabilizadas (o denominado caixa dois), faz com que o resultado das eleições seja pautado pela lógica do dinheiro e pelos interesses dos poderosos financiadores do sistema político. Como consequência, alimenta a prática do “toma lá, dá cá” que mitiga o funcionamento democrático, porque enfraquece a soberania popular e reduz a força da representação dos eleitores.

A corrupção é um fenômeno cultural, legado da colonização portuguesa, que gera uma ética perversa – e, infelizmente, consentida e cultuada – baseada na esperteza, na ganância, na hipocrisia, na exploração e na fraude, em detrimento do proceder correto, honesto e meritório.

A corrupção, como efeito da incorporação individual de valores sociais negativos, está retratada no comportamento dos eleitores. Pesquisa analisada por Carlos Pereira, Lucio R. Rennó e David J. Samuels (Corruption, campaign finance e reelection. In: Corruption and democracy in Brazil. The struggle for accountability. Coord. Timothy J. Power e Matthew M. Taylor. Indiana: University of Notre Dame Press, 2011. Pág. 81-91) revela que 61% dos deputados federais envolvidos em escândalos de corrupção concorreram à reeleição, sendo que 42% deles foram reeleitos. Isto mostra que grande parte dos brasileiros ainda consente com os políticos que pregam o “rouba, mas faz”. O estudo mostra que, em 2002, 53% dos eleitores, sem educação básica,

disseram que poderiam votar em políticos que “roubam, mas fazem”. Dentre aqueles que possuem educação básica, 46% votariam nesses políticos. Tais percentuais diminuíram para 38%, no grupo de pessoas que têm o ensino médio, e para 25%, dentre os que têm formação universitária.

Portanto, o comportamento dos eleitores pode contribuir significativamente para o ciclo da corrupção. Quando se troca o voto pelo recebimento de favores pessoais, promove-se o processo de privatização da política. Isto é, a política deixa de ser o caminho para proteger os interesses comuns da sociedade ou para pensar sobre o seu futuro, para servir de meio de satisfação de objetivos individuais. Como consequência, políticos desonestos são reeleitos, recursos públicos são desviados para privilegiar os grandes grupos econômicos que financiam as campanhas, falta dinheiro para promover políticas públicas indispensáveis à proteção de direitos fundamentais sociais e não se formam as bases sociais necessárias para que sejam realizadas as reformas de que o país tanto precisa.

Albert Einstein alertava que “não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará assim uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto. A não ser assim, ele se assemelhará, com seus conhecimentos profissionais, mais a um cão ensinado do que a uma criatura harmoniosamente desenvolvida. Deve aprender a compreender as motivações dos homens, suas quimeras e suas angústias para determinar com exatidão seu lugar exato em relação a seus próximos e à comunidade” (Como vejo o mundo. 11ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. Pág. 16).

Não é suficiente reprimir a corrupção. É inadiável educar para o exercício da cidadania. Construir, pela educação, cidadãos responsáveis por condutas éticas e sociais é indispensável para

promover valores positivos, tornar as pessoas menos egoístas, mais integradas e participantes do processo político-democrático. Os cidadãos devem ser coautores da construção de um país melhor e mais justo para todos.

Sem educação para o exercício da cidadania, o futuro do Brasil continuará condenado pela corrupção. É pela falta de conhecimento ou de exercício efetivo dos deveres e dos direitos fundamentais que a apatia se generaliza, a democracia é enfraquecida, os controles sociais ficam diluídos e o modelo social brasileiro se mantém caracterizado pelo patrimonialismo, pelo individualismo, pela desigualdade e pela injustiça.

Educar para o exercício da cidadania inclui a aproximação da teoria com a prática. As escolas precisam ser espaços democráticos, para poderem discutir as questões de interesse coletivo e agir para melhorar a sociedade. Para adquirir um comportamento cívico ativo, os alunos precisam do desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), que os possibilitem a participação na vida pública (learning by doing). A vivência da democracia deve começar na própria escola, a partir da escolha de representantes de turma, do incentivo à formação de grêmios estudantis e de diretórios acadêmicos, da participação direta em conselhos escolares ou na eleição dos órgãos de direção. A escola também deve ajudar os alunos a experimentar comportamentos cívicos responsáveis nas atividades extraescolares, com o envolvimento de professores, de educadores, de familiares e da comunidade.

Formar cidadãos vai além do ensino de conhecimentos teóricos sobre direitos fundamentais e o funcionamento das instituições políticas (Denise Vaillant. Educación, socialización y formación de valores cívicos. São Paulo/Santiago de Chile: iFHC/CIEPLAN, 2008.

Pág. 14). O processo de aprendizagem deve estar fundado na participação ativa – pelo diálogo, o debate, a tomada de decisões em conjunto (pedagogia do exemplo) –, para que a resolução dos problemas da vida em comunidade possa romper o autoritarismo das estruturas e das relações pedagógicas, bem como contribuir para a criação de hábitos e virtudes cívicas. Os ideais democráticos devem ser postos em prática para que os valores éticos se fixem na base cultural da sociedade.

A socialização política é um processo de aprendizado acumulativo que, intensificado na infância e na juventude, permite assimilar códigos amplos de normas e crenças que se transmitem de geração em geração. A escola não deve apenas reproduzir a ordem social vigente (marcada pelo individualismo, pelo consumismo, pela separação de classes sociais e pela apatia do cidadão), mas contribuir para melhorar a sociedade, orientando a transição ética e axiológica entre o passado e o futuro.

Para tanto, é necessário capacitar melhor os professores, dar-lhes o reconhecimento financeiro e social necessários para a formação de crianças, jovens e adultos. Ademais, é importante a adoção de estratégias integradas que permitam repensar as políticas de educação com a comunicação dos sistemas político, econômico e social.

Mas é bom deixar claro que a educação para a cidadania, voltada à promoção da democracia e da coesão social, não termina na escola. Também deve envolver os meios de comunicação de massas, a educação familiar, o setor produtivo e os órgãos públicos. Isto porque a cidadania plena e ativa depende da capacidade de apreender durante toda a vida, para ter atitudes voltadas à concretização permanente dos valores éticos.

**Eduardo Cambi – Promotor de Justiça do Estado do Paraná.**